

NUPCIALIDADE E FECUNDIDADE DIFERENCIAIS. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)

Maria Norberta AMORIM
Universidade de Minho

ABSTRACTS

A través de la aplicación de la metodología de "reconstrucción de parroquias" se analizan comportamientos demográficos diferenciales, relacionados con la nupcialidad y la fecundidad, presentes en la población de Sul do Pico (Açores) en los últimos tres siglos. Los resultados ponen de manifiesto la existencia de diferencias entre las zonas rurales "nuevas", donde las parejas retrasarán su matrimonio hasta el momento de disponer de un espacio productivo propio, y las zonas rurales "viejas", en las que el espacio útil ya se encuentra definido por el propio nacimiento, con lo que se obliga a los hijos no primogénitos a utilizar el celibato, o a buscar la oportunidad de un buen matrimonio para poder salir adelante.

Throught the application of methodology concerning "parish reconstitution" differentials demographic conducts are analysed. Those behaviours are related with marriage rate and fertility manifested in the population of Sul do Pico (Açores) during the last 3 centuries. Results show the existence of differences between «the new» and «the old» rural areas. In the former ones, couples will put off thier marriage until the moment they get their own fruitful space. In the latter, the useful space is already defined from birth, son that those children, who weren't firstly born, are forced either to use the celibacy or to look for the chance of achieving a profitable marriage in order to make out somehow.

Au travers de l'application de la méthodologie de "reconstruction de paroisses" on a analysé des comportements démographiques différentiels, mis en raprort avec la nuptialité et la fécondité, présentes dans la population du Sul do Pico (Açores) dans trois dernières siècles. Les resultats mettent en évidence l'existance des différences entre les zones rurales «nouveaux» où les couples retarderont son mariage jusqu'a le moment de disposer d'une place productive propre, et les zones rurales «vieilles», dans celles que le place utile c'est definie déjà pour le propre naissance, avec lequel on oublie aux fils non premier-nés a utiliser le célibat ou a chercher l'opportunité d'un bon mariage pour pouvoir prospérer.

**NUPCIALIDADE E FECUNDIDADE DIFERENCIAIS.
Evolução de comportamentos nos últimos três séculos.
O caso do Sul do Pico (Açores)**

*Maria Norberta AMORIM
Universidade do Minho*

Para Portugal, o estudo dos comportamentos demográficos diferenciais em Demografia Histórica não é um estudo fácil e os resultados nem sempre serão representativos.

Os critérios que presidem à informação sobre o posicionamento social dos intervenientes aos actos vitais registados (supondo que essa informação existe) sofrem marcada evolução de época para época e até de redactor paroquial para redactor paroquial. Só a partir da segunda metade do século XIX se torna mais sistemática a referência às profissões, cargos ou títulos para faixas importantes do território. No entanto, em período anterior, embora a indicação de profissões possa não ser sistemática, por vezes mesmo interdita¹, o conhecimento do posicionamento económico-social de cada indivíduo pode tornar-se possível mercê de um trabalho complexo de cruzamento de informações e de descodificação de referências.

¹ Na diocese de Braga, por exemplo, a partir de 1714, por determinação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, foi proibido que se escrevessem nos assentos «os officios mecânicos» dos fregueses, pelo «prejuízo» que essa informação poderia trazer para o futuro. Veja-se, da autora, «Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII», sep. do vol. III das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, Guimarães, 1981, p. 531.

A metodologia de *reconstituição de paróquias* (Amorim, 1991: I, 7-25) favorece esse cruzamento de informações entre registos, na medida em que reproduz o ficheiro de *famílias* num ficheiro de *indivíduos*. A descodificação das referências é um trabalho típico de historiador.

No caso português, e considerando apenas os registos paroquiais, é sobre os registos de óbitos que o trabalho de descodificação mais se aplica. De facto, nos registos de nascimento, não sendo referidas as profissões dos pais, não há grande possibilidade de classificar socialmente a família, a não ser quando portadora de títulos de nobreza. O mesmo se passa nos registos de casamento. No entanto, quando exploramos os registos de óbitos encontramos uma série de referências que nos podem elucidar, desde os primeiros registos conhecidos, sobre a posse ou ausência de bens por parte dos defuntos familiarmente responsáveis ou das famílias dos defuntos dependentes. Na generalidade dos registos de óbitos portugueses pode haver, para cada falecido, indicação sobre a mortalha, enterramento e/ou local de sepultura, sobre existência ou não de testamento, sobre a «oferta» ou «oferenda», sobre o tipo e volume dos sufrágios.

É variável de região para região e em cada região de época para época o significado a dar a cada uma dessas referências. As populações de Antigo Regime regiam-se pelos seus «usos e costumes», particularmente operantes em tudo o que se relacionava com a morte, tendo as populações contemporâneas conservado em maior ou menor escala essas tradições.

A *mortalha* que envolvia cada defunto pode ser uma indicação explícita do seu estatuto social para o período de Antigo Regime, principalmente no decurso do século XVIII. Beneficiando-se de indulgências quando se envergava um hábito de S. Francisco, só os mais pobres eram envoltos directamente em lençol, sem esse hábito, ou então sem o de S. Domingos, ou de Santa Clara ou um outro. Assim, a expressão «foi envolto em lençol» pode, em grandes trechos da observação e para grandes zonas do país, significar uma situação de pobreza por parte do defunto. No entanto, na zona estudada do Sul do Pico, nos Açores, o facto de não levar hábito pode significar apenas que não tenha havido oportunidade para a sua aquisição junto dos frades do Convento de S. Francisco da vila das Lajes, porque se encontravam esgotados ou porque a invernia não permitira que chegassem a tempo. Mesmo os declaradamente pobres, eram amortalhados em hábito, mas o tipo de hábito distingue os proprietários. O hábito de saial era-lhes reservado, enquanto o hábito de picote se destinava à restante população. Nas zonas urbanas a diversidade das mortalhas, de maior ou de menor esmola, algumas vezes sobrepondo hábitos para bene-

ficiar das indulgências, pode conduzir-nos a uma classificação social dos defuntos.

A descrição do funeral, da *tumba* ou do *caixão*, dos *acompanhamentos*, da cera e da música pode oferecer-nos outra oportunidade para definir ou confirmar a situação sócio-económica para cada defunto. Nas zonas urbanas a cerimónia do enterro pode diversificar-se bastante. Encontramos desde pessoas enterradas «de esmola» pelas instituições de beneficência, acompanhadas à sepultura por mercenários pagos, até outras que são levadas em tumbas ricamente adornadas a ouro, acompanhadas com luzidos cortejos em que se inclui grande número de frades e sacerdotes seculares, irmãos das confrarias com seus pendões e acompanhantes pobres, vestidos para o efeito. No mundo rural a diversidade é menor, sendo o número de padres que acompanha o defunto o sinal mais explícito de diferenciação social. No caso que estamos a considerar do Sul do Pico a afluência de frades de S. Francisco ao funeral era indício seguro de que se tratava de pessoa de «qualidade».

O *local de sepultura* pode ainda explicitar a situação económica de cada defunto. No caso de estarmos em presença de uma comunidade que se foi alargando sem que o espaço sagrado tenha acompanhado tal alargamento, como acontece em algumas paróquias do Minho, os residentes mais pobres são sepultados ao lado dos mendigos «estrangeiros» no adro da Igreja, enquanto o interior da mesma se reserva para os que têm possibilidades de pagar a «esmola costumada». Ao invés, em paróquias que não sofreram aumento desajustado da sua população, todos, pobres e ricos, encontram lugar no interior da Igreja, embora os mendigos «de fora» sejam sepultados nos locais mais afastados dos altares principais, reservados estes para os defuntos mais prestigiados. Nas zonas urbanas, a existência de cemitérios de pobres e o grande número de Igrejas não paroquiais e também de Capelas, vinculadas ou não, onde o enterramento era de maior esmola do que no interior da Igreja paroquial, a indicação do local de sepultura torna-se um elemento importante para a classificação pretendida.

A informação, em algumas zonas, sobre a «*oferta*», ou «*oferenda*» devida ao pároco por altura do falecimento, e finalmente o tipo e volume dos sufrágios por alma do defunto, podem ser utilizados com grande vantagem para distinguir os grupos sociais nas comunidades em estudo.

A «*oferta*» na zona rural de Guimarães, obedecendo rigidamente aos «usos e costumes» (passados a escrito em cada paróquia num livro próprio por determinação do bispo da diocese nas primeiras décadas do século XVIII), pode indicar com clareza se o defunto é proprietário, caseiro

ou jornaleiro ou indigente². Na zona que estudei de Trás-os-Montes, com outros «usos e costumes» a maior ou menor posse de bens podia deprender-se através da indicação do número de domingos do ano em que se «oferendava»³.

O *volume dos sufrágios* sofre naturalmente marcada evolução quando passamos dos finais do século XVI pelo XVII até ao XVIII. Quando os «usos e costumes» são explícitos sobre o número de ofícios ou missas devidos pelos herdeiros em ocasiões determinadas, a classificação socio-económica dos defuntos ou a confirmação da mesma não traz problemas ao investigador. É o caso da zona rural de Guimarães onde os proprietários tinham em regra por sua alma um ofício completo de nove lições, ao dia, ao mês e ao ano, com a celebração de dez missas em cada ocasião (Amorim, 1982: 25-37). Meio ofício e cinco missas a cada «estado» é sinal de ausência de bens de raiz, podendo os muito pobres ter uma missa «pelo amor de Deus». Mesmo sem se dispor de um livro de «usos e costumes» o investigador através da repetição de certo volume de sufrágios combinado com outros indicadores possui em regra recursos para avaliar a posse de bens de cada defunto, beneficiando muitas vezes da classificação dos párocos, mormente no caso dos pobres.

Foi contando com este tipo de informações cruzadas nas «bases de dados» sobre três paróquias do Sul do Pico, nos Açores, que distinguimos as famílias segundo a posse de bens para estudo de alguns aspectos diferenciais dos seus comportamentos demográficos. Após 1860 contou-se já com a referência à ocupação profissional dos chefes de família.

* * *

As três paróquias do Sul do Pico são contíguas -S.João, S. Mateus e S. Caetano-, esta desdobrada de S. Mateus em 1886, e foram estudadas globalmente. Trata-se de uma zona de terrenos fragosos, carente de cereais, em que a vinha constituiu a principal riqueza até que o «mal dos vinhedos» de meados do século XIX obrigou à procura de alternativas.

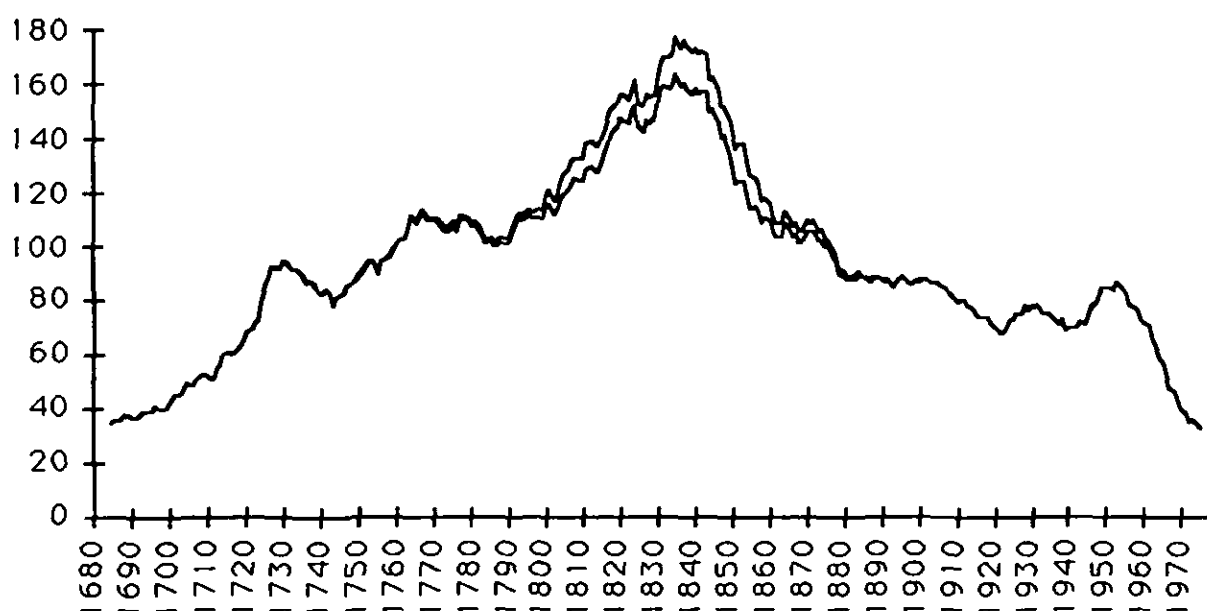
2 Através das indicações escritas no texto dos registos de óbitos ou à margem dos mesmos, sabemos que estamos em presença de um proprietário se a «oferta» ao dia do falecimento foi de um carneiro, um presunto, um almude de vinho, um alqueire de pão e doze pães brancos. A substituição da carne por dois bacalhaus ou duas pescadas, a redução do número de pães e do vinho significa que não se trata de "cabecreira", só se prescindindo da «oferta» no caso dos muito pobres. Veja-se, da autora, *Os Homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos (séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, 1982, p. 25-28.

3 A «oferenda» em S. Pedro de Poiães era de pão, vinho e cera, ao domingo, podendo prolongar-se durante os três primeiros domingos que se seguiam ao falecimento até a um ano, segundo as determinações dos testadores ou as possibilidades económicas dos defuntos falecidos sem testamento. Veja-se, da autora, "A sociedade de Poiães através dos seus registos paroquiais", *Brigantia*, III, 1, Bragança, 1983, pp. 24-25.

Desde o século XVIII que o aumento acelerado da população obrigava a emigração de longa distância, drasticamente agravada com a crise das vinhas, demandando-se primeiro o Brasil e depois, já nas últimas décadas do século XIX, os Estados Unidos da América. As actividades piscatórias e o desbravamento de pastagens de altitude constituíram algumas das alternativas para os que ficaram.

No primeiro gráfico podemos acompanhar as oscilações bem marcadas do movimento dos nascimentos no Sul do Pico de 1680 a 1980, notando-se claramente o efeito da emigração massiva que se desencadeia em meados do século XIX, prolongando-se até à década de 1920 (Amorim, 1991: II). A recomposição verificada nos anos quarenta e cinquenta do nosso século tem a ver com o corte das saídas para os Estados Unidos e a consequente fixação dos jovens em idade de procriar. Logo a seguir, contudo, a emigração dos anos sessenta, faz descer rapidamente a curva dos nascidos.

Gráfico 1: Movimento de baptizados. S. João + S. Mateus + S. Caetano. Médias móveis de 9 años. Filiação conhecida + enjeitados



«Reconstituídas» que foram essas paróquias com a nossa metodologia, dispomos de ficheiros electrónicos de dois tipos, de *famílias* e de *indivíduos* com apuramento da informação disponível. Para cada família como para cada indivíduo foi historiado o percurso vital na zona estudada e marcado, caso a caso, um início e um fim de observação. Para S. João procedeu-se ao cruzamento sistemático com outras fontes, róis de confessados (disponíveis desde 1799) e registo de passaportes (disponíveis

desde 1859). Para S. Mateus utilizou-se um rol de confessados datado de 1897 e para S. Caetano um outro datado de 1951, a partir dos quais foi possível precisar as actividades profissionais dos residentes nos respectivos períodos.

1. A nupcialidade diferencial

1.1. Idade Média ao primeiro casamento e grupos sociais

Sabendo-se que as crises de mortalidade ou as crises económicas podem afectar o acesso ao matrimónio e sendo a idade média ao primeiro casamento um dos indicadores de Nupcialidade mais privilegiados, comecei pelo *estudo transversal*, por decénios, desse comportamento, para o conjunto das três paróquias referidas, desde 1720 a 1980, a fim de determinar a periodização do comportamento.

A primeira daquelas datas prende-se com o facto do início dos registos de baptizados em S. Mateus-S. Caetano se colocar na década de 1670 e não haver indicação de idade ao casamento nos assentos respectivos. Só passados cinquenta anos, idade que se convencionou como de celibato definitivo, poderemos observar de forma adequada todos os indivíduos nascidos dentro da observação *em risco de* contrair matrimónio.

A partir das 25 observações decenais e considerando os dois sexos, delimitarei, como hipótese de trabalho, três períodos principais ao longo dos duzentos e cinquenta anos em causa. O primeiro período estender-se-ia de 1720 a 1809, o segundo de 1810 a 1889 e o último de 1890 a 1979.

Poderemos, para os três períodos a que a observação da idade média ao primeiro casamento, em observação transversal, nos conduziu, tentar estudar o *comportamento diferencial*, em função da posição dos pais, tendo em conta que as «bases de dados» englobam a informação sobre posse de bens e profissões extraída, como vimos, quer dos registos de óbitos, quer também dos róis de confessados.

Para o primeiro período, 1720-1809, em que a referência a profissões é esporádica, assentámos fundamentalmente nos dados dos registos de óbitos dos quais se podia inferir sobre pobreza ou posse de bens e também das posições de chefia nas milícias. Trata-se, portanto, de isolar os mais ricos e os mais pobres numa população constituída essencialmente por pequenos proprietários rurais. A informação sobre pobreza não traz grande problema na medida em que era referida explicitamente pelos párocos, enquanto a posse de bens foi determinada indirectamente a partir do volume de legados pios e do tipo de mortalha em que o defunto era sepultado. No caso do Sul do Pico os mais favorecidos pela fortuna usu-

fruíam por sua alma de um «ofício inteiro» e um volume mais considerável de missas e eram, como vimos, amortalhados em «hábito de saial», enquanto a generalidade da população tinha como mortalha um «hábito de picote». Para este período distinguimos ainda da generalidade da população o grupo dos *artífices*, pobres ou não.

Para o segundo período, 1810-1889, no grupo dos proprietários incluímos, além dos chefes das milícias já integrados no primeiro período, os negociantes e os marchantes. Na medida em que começam então a ser identificados os *marítimos*, mas sem peso estatístico significativo, passamos a entender como pobres somente os agricultores referidos como tal.

Para o terceiro e último período, 1890-1979, não há indicação clara da situação de pobreza, deixando de ser considerado o grupo dos agricultores pobres. Assim, identificamos os proprietários, com o mesmo sentido do período anterior, os marítimos e os artífices.

Quadro 1: Idade média ao primeiro casamento (comportamento diferencial)

		<i>Sexo masculino</i>		
		1720-1809	1810-1889	1890-1979
Proprietários	30,2 (278)	30,4 (115)	32,4 (93)	
Pobres	28,0 (128)	27,6 (63)	-	
Marítimos	-	-	26,9 (131)	
Artífices	29,1 (42)	28,1 (25)	26,6 (146)	
População	29,1 (1300)	29,7 (1413)	28,3 (1205)	

		<i>Sexo feminino</i>		
		1720-1809	1810-1889	1890-1979
Proprietários	25,7 (328)	26,5 (137)	26,4 (98)	
Pobres	26,5 (138)	27,6 (70)	-	
Marítimos	-	-	24,6 (164)	
Artífices	24,4 (50)	24,9 (27)	25,7 (152)	
População	25,7 (1540)	26,8 (1642)	24,7 (1438)	

Uma primeira constatação é a elevada idade média ao primeiro casamento desta população, com o seu ponto mais alto no século XIX. Reparemos que entre 1810 e 1889 os homens casam, em média, muito perto dos 30 anos e as mulheres perto dos 27. Só no nosso século as mulheres casam, em média, antes dos 25 anos, mantendo os homens uma idade elevada ao primeiro casamento.

Observando depois o comportamento diferencial, notamos claramente que os filhos dos proprietários, se do sexo masculino, casam marcada-

mente mais tarde do que os outros, chegando, no último período, a distanciar-se quatro anos do comportamento geral. Dado o confortável volume de observações que movimentamos, parece-nos significativo este resultado.

Enquanto directamente observados, notamos que os filhos dos mais pobres são aqueles que mais cedo casam, colocando-se os dos artífices ainda abaixo da média geral. Quanto aos filhos dos marinheiros, de volume já significativo para o último período, o seu comportamento não é muito distinto do comportamento dos artífices.

Tudo se passa como se a necessidade de manter o estatuto de nascimento levasse os filhos dos proprietários a conservar o estado de solteiros até que a herança e/ou a emigração de longo curso lhes propiciasse a situação desejada⁴. A aprendizagem de um ofício mecânico ou a vida do mar poderia, ao invés, facilitar um casamento mais precoce.

Vêrificamos, curiosamente, que, de forma distinta dos irmãos, as filhas dos proprietários só no último período casam mais tardiamente do que as outras raparigas, parecendo, nos dois primeiros períodos, ficar mais à responsabilidade dos homens a formação de um agregado com estabilidade económica. Depois de 1890 a situação altera-se, passando, de forma nítida, as filhas dos proprietários a casar mais tardiamente do que a média. Este último período abre com a intensificação da emigração feminina para longa distância, saídas que foram drasticamente cortadas na década de vinte do nosso século, com as dificuldades postas à emigração para os Estados Unidos da América. A «necessidade» de fazer um casamento satisfatório, quando o exterior não se abre e a conservação de património se torna mais importante, pode ter constituído para este período um factor de retracção.

Nos dois primeiros períodos, as filhas dos mais pobres casam cerca de um ano mais tardiamente do que a generalidade da população feminina. Esse comportamento terá a ver com dificuldades de encontrar marido mas tem certamente a ver também com a maior frequência de concepções ilegítimas que retardam o casamento.

As filhas dos artífices, no segundo período, casam mais cedo do que a generalidade das outras raparigas, mas tal não sucede depois de 1890, em que o seu comportamento se aproxima mais do das filhas dos proprietários. Isso quererá significar que no último período o exercício de um ofício seria mais remunerador, propiciando eventualmente a aquisição da

4 Ana Sílvia Volpi SCOTT (1987: 267) encontrou um casamento masculino tardio, entre os 30 e os 32 anos, «comportamento ditado pela necessidade de se estabelecer com independência, afastado da autoridade paterna», enquanto as mulheres se casavam em média aos 19 e 20 anos.

propriedade fundiária? Ou significará simplesmente que muitos artífices são filhos de proprietários, com esperança de uma herança futura? Uma e outra são hipóteses a não excluir, até pelo conhecimento que temos da situação para o nosso século.

Finalmente, no último período, o comportamento das filhas dos marítimos aproxima-se muito do comportamento médio -um primeiro casamento antes dos 25 anos de idade-, desfasado cerca de dois anos das filhas dos proprietários e de um ano das filhas dos artífices.

Na observação feita sobre as paróquias rurais que circundam a cidade de Guimarães, para as gerações nascidas entre 1590 e 1729 (Amorim, 1987: 112-114), verifiquei que «os filhos dos proprietários rurais, quer fossem do sexo masculino ou do feminino, casavam mais tardiamente do que os seus contemporâneos desligados da posse da terra». Essa diferença era entre os homens sempre superior a dois anos e, entre as mulheres, não inferior a ano e meio. Considerei então que a «necessidade de manter a *qualidade* do nascimento poderia fazer aguardar a oportunidade de um enlace *vantajoso* com um filho ou filha de um outro proprietário rural, não necessariamente da paróquia, ou até de um burguês da cidade próxima, ou aguardar, simplesmente, que a morte do progenitor lhe desse sucessão nos bens». A observação do Sul do Pico não parece ir contra este raciocínio, mas traz alguns matizes de diferenciação.

1.2. Celibato definitivo e grupos sociais

Para o estudo do celibato definitivo utilizo a periodização saída do estudo da idade média ao primeiro casamento, calculando a percentagem de indivíduos solteiros que, em cada sexo, contavam ao óbito cinquenta ou mais anos, relativamente ao total, por sexos, de todos os falecidos no mesmo grupo etário.

Como se verifica pelo quadro respectivo, o celibato definitivo para a população feminina atinge valores, desde o século XVIII, que poderemos considerar superiores à média do mundo rural (Dupâquier, 1979: 299-300), mas é no nosso século que o efeito do difícil acesso ao matrimónio das gerações nascidas na segunda metade do século XIX mais se evidencia.

Embora a escassez de efectivos possa tirar alguma representatividade ao resultado, observamos depois em que medida o posicionamento social afecta o acesso ao matrimónio.

Contabilizamos os filhos de pobres, proprietários, marítimos e artífices, com o sentido que foi dado a quando do estudo da idade diferencial ao primeiro casamento.

Quadro 2: Celibato definitivo no Sul do Pico (comportamento diferencial)

<i>Sexo masculino</i>						
	1720-1809		1810-1889		1890-1979	
Pobres	3,2	(62)	12,8	(78)	-	
Proprietários	8,5	(94)	10,0	(241)	13,8	(87)
Marítimos	-		-		20,3	(64)
Artífices	-		-		13,5	(74)
População	6,5		9,7		14,9	

<i>Sexo feminino</i>						
	1720-1809		1810-1889		1890-1979	
Pobres	22,1	(86)	26,1	(88)	-	
Proprietários	15,9	(82)	13,4	(262)	24,7	(97)
Marítimos	-		-		23,8	(80)
Artífices	-		-		18,1	(72)
População	12,8		18,9		31,0	

Como se verifica, ao longo da observação, o acesso ao matrimónio por parte dos filhos dos proprietários rurais não segue a mesma linha de tendência. Enquanto nos dois primeiros períodos os homens, nascidos em famílias mais abastadas, permanecem definitivamente celibatários de forma algo mais frequente do que a generalidade da população masculina, no último período a posição relativa altera-se, embora as diferenças não sejam salientes. Para o sexo feminino, antes de 1890, é mais visível a dificuldade em casar por parte das filhas dos proprietários, passando-se posteriormente a uma situação mais favorável, relativamente à globalidade da população feminina.

As filhas de pobres têm nitidamente mais dificuldade em encontrar marido do que as outras mulheres, o mesmo não acontecendo com os seus irmãos que permanecem na zona. Devemos, considerar que a mobilidade diferencial poderá ser uma variável influente neste quadro, além de situações de maternidade ilegítima não conducentes ao casamento.

Se considerarmos, no último período, a posição dos filhos dos marítimos, verificamos que os rapazes são aqueles, relativamente ao comportamento geral do sexo masculino, que têm uma maior dificuldade de encontrar esposa. As filhas têm, ao invés, maior facilidade de acesso ao matrimónio do que as suas contemporâneas. No mercado matrimonial de ainda há duas ou três décadas atrás, os marítimos não se posicionavam favoravelmente, dado o fraco rendimento do pescado e os longos invernos que os conduziam geralmente à taberna.

Aqueles que menos limitações têm ao matrimónio são os filhos dos artífices, de forma saliente para o sexo feminino. É possível que o acesso a algum capital tenha tornado a vida mais favorável aos artífices do que aos pequenos agricultores que tentavam extrair de uma natureza rude e caprichosa o sustento diário.

2. Fecundidade diferencial

2.1. Fecundidade legítima e grupos sociais

Para o estudo dos comportamentos diferenciais no plano da fecundidade legítima, para os grupos sociais já considerados a quando da análise da nupcialidade, escolhi como primeiro indicador as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. Considerando o problema dos efectivos e da estabilidade de comportamentos, distingi apenas dois períodos, um anterior ao século XIX e outro posterior a 1910. Para o primeiro período foram considerados apenas os proprietários e os declaradamente pobres, incluindo-se naqueles os chefes das milícias. No segundo período foram considerados os proprietários, os marítimos e os artífices.

Quadro 3: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, 1000 mulheres (comportamento diferencial)

	<i>Antes de 1800</i>				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Proprietários (217)	382	389	369	314	176
Pobres (124)	323	332	308	274	160
População (1288)	365	355	334	288	175
	<i>1910-1959</i>				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Proprietários (15)	296	267	165	145	36
Marítimos (48)	364	304	296	171	71
Artífices (53)	372	269	206	118	45
População (660)	356	270	207	143	58

Pela observação do quadro 3 e gráfico 2 depreende-se que no século XVIII a fecundidade dos pobres era nitidamente mais baixa do que a fecundidade dos proprietários. É de admitir que uma dieta alimentar eventualmente bastante pobre ou mesmo insuficiente não favoreça a pro-

criação. O número de famílias observadas, todas do tipo 1 (Amorim, 1991: I) parece autorizar essa conclusão.

Gráfico 2: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, 1000 mulheres (comportamento diferencial). Antes de 1800

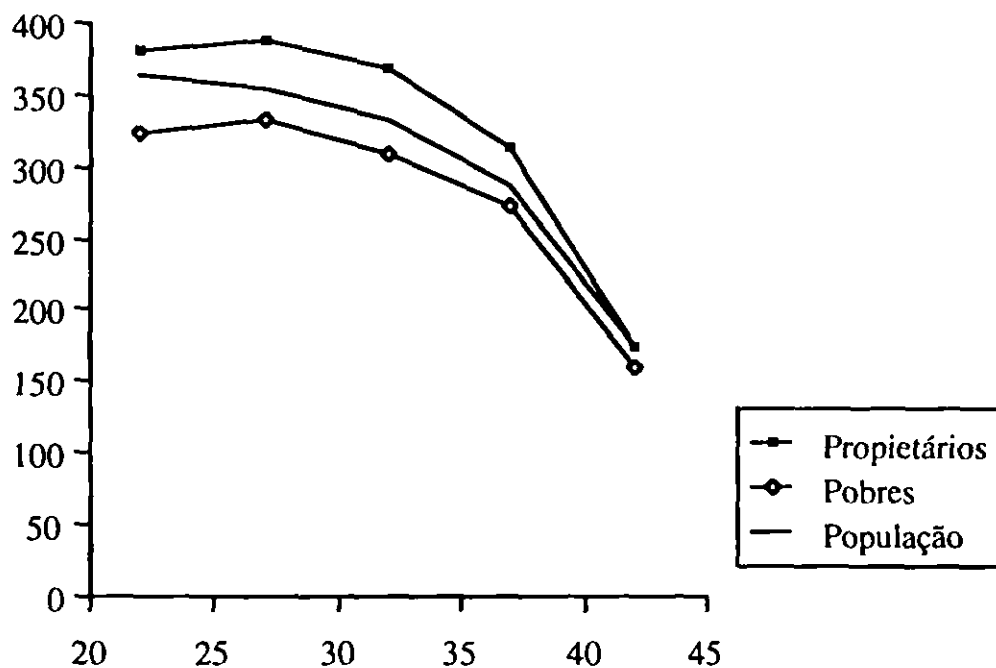
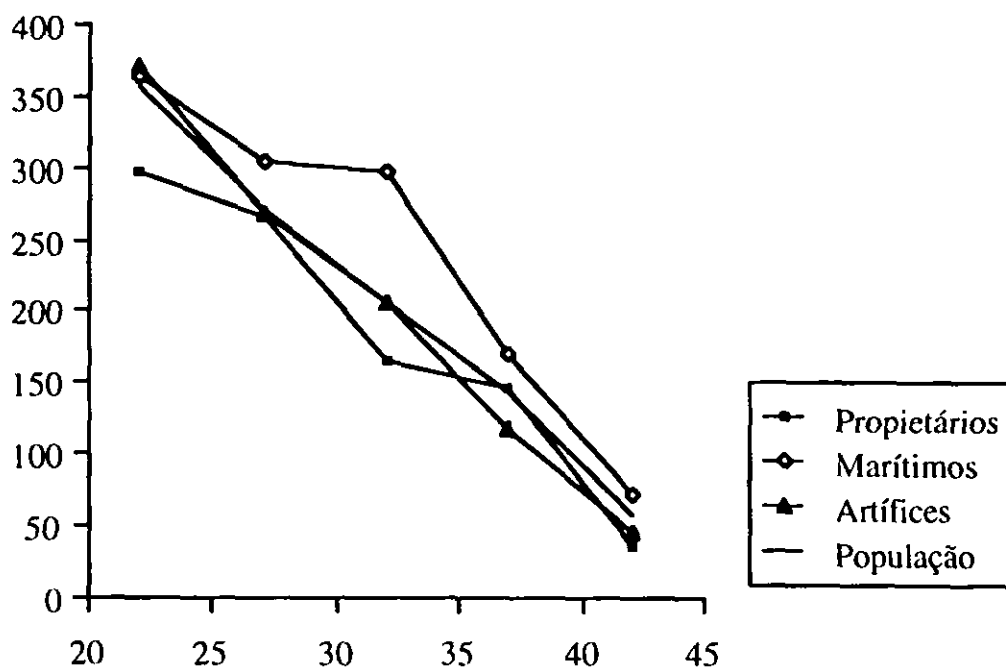


Gráfico 3: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, 1000 mulheres (comportamento diferencial). 1910-1959



Se considerarmos depois o período posterior a 1910 (gráfico 3) verificamos que, pese embora o reduzido número de observações, os proprietários são aqueles que evidenciam um mais claro controlo dos nascimentos. O grupo dos artífices confunde-se praticamente com o comportamento geral enquanto entre os marítimos se encontram os casos de fecundidade mais elevada.

Outro indicador expressivo para a análise comparativa poderá ser o número de filhos por família. Para o século XVIII, desenvolvi primeiro os cálculos para as famílias completas do tipo 1 e para a idade ao casamento da mulher dos 20 aos 24 anos, a fim de eliminar, tanto quanto possível, os efeitos de distintos comportamentos no plano da nupcialidade. Depois desenvolvi os cálculos para todas as famílias do tipo 1, independentemente da idade ao casamento e da duração da união.

Quadro 4: Número de filhos por família no Sul do Pico. Antes de 1800

	Famílias completas Idade ao casamento 20-24		Todas as famílias Todas as idades ao casamento	
Proprietários	7,8	(65)	5,9	(217)
Pobres	6,8	(36)	4,8	(124)
População	7,1	(305)	4,9	(1288)

Como se verifica, no século XVIII, os proprietários podiam contar em média com mais um filho do que os casais pobres, para períodos similares de convivência conjugal (Charbonneau, 1970: 158-159). A grande massa da população aparentava-se mais com os pobres do que com os mais beneficiados da fortuna.

Para o período posterior a 1910 foram considerados, para uma idade ao casamento da mulher dos 20 aos 24 anos, apenas os marítimos e os artífices e observadas todas as famílias tipo 1, completas e acabadas, dada a reduzida influência, neste período, da mortalidade diferencial. Para todas as idades ao casamento foram consideradas famílias de proprietários.

Quadro 5: Número de filhos por família no Sul do Pico. 1910-1959

	Idade ao casamento 20-24		Todas as idades ao casamento	
Proprietários	-		5,9	(217)
Marítimos	5,8	(21)	5,2	(48)
Artífices	4,1	(21)	3,7	(53)
População	4,4	(288)	3,7	(660)

No nosso século, num período em que os comportamentos malthusianos se generalizavam, podemos verificar que os marítimos mantinham os níveis mais elevados de fecundidade, contrastando com o comportamento dos proprietários, em que a contracepção é marcadamente consequente. O comportamento dos artífices, evidenciando já com clareza controlo de nascimentos, não seria muito distinto do comportamento dos pequenos proprietários rurais que constituíam a grande massa da população. Aliás, a complementaridade de trabalho agrícola e artesanal nos mesmos agregados não era rara, como tivemos oportunidade de referir anteriormente.

2.2. Concepções pré-nupciais e grupos sociais

Para o estudo do comportamento diferencial, jogando com o volume de efectivos, usei apenas dois períodos.

Para o primeiro período, de 1730 a 1799, comparei o comportamento dos «proprietários» com o comportamento dos «pobres» e com a população em geral. Entre os proprietários encontrei dez casos de concepções pré-nupciais em cada cem casamentos fecundos; entre os pobres a percentagem foi de 13%, percentagem idêntica à da generalidade da população. Não parece haver, assim, uma significativa diferença de comportamentos.

Num outro período, 1900 a 1979, isolei os marítimos e verifiquei que a percentagem de concepções pré-nupciais se colocava nos 5%, enquanto o comportamento de toda a população andava à volta dos 7%. Mais uma vez parece não haver grandes diferenças comportamentais, embora fique em suspenso a possibilidade de, entre os marítimos, as concepções fora do casamento não fazerem apressar tão facilmente as bodas.

2.3. Maternidade ilegítima e reprodução do comportamento

Para as gerações femininas nascidas entre 1720 e 1890, verifiquei em que medida as filhas ilegítimas tiveram elas próprias filhos fora do casamento.

Dividindo essas gerações em três grupos, as nascidas entre 1720 e 1779, entre 1780 e 1829 e entre 1830 e 1890, verifiquei que para o primeiro grupo apenas em 5% dos casos as filhas naturais tiveram filhos em situação de ilegitimidade. Para o segundo grupo de gerações essa percentagem sobe para 13%, fixando-se em 12% no caso do último grupo de gerações observado.

Se observarmos depois as mães solteiras, filhas dos «proprietários», verificamos que o seu comportamento não se distingue do total da popu-

lação. É mais difícil tirar conclusões sobre o caso das filhas dos «pobres», pouco representadas, por mais afectadas pela mobilidade.

Parece claro que a fecundidade ilegítima no Sul do Pico foi, ao longo da observação, um fenómeno controlado e susceptível de encontrar remissão por casamento posterior, não parecendo muito vincada a reprodução do comportamento.

* * *

Ainda é cedo para tirar conclusões mais gerais sobre comportamentos demográficos diferenciais, particularmente no plano da nupcialidade ou fecundidade, com base nas observações que de momento dispomos.

Um outro nível importante e pouco tratado é o nível familiar, a transmissão de genes na família e as próprias rotinas demográficas familiares. Precisamente para S. Mateus - S. Caetano, numa experiência sobre genealogias, verifiquei que os descendentes de um casal pobre do século XVII conservaram até aos nossos dias comportamentos distintos da população em que se inseriam (Amorim, 1990).

Usando ou não como referencial as sínteses interpretativas disponíveis, parece-me aconselhável insistir na observação empírica, nas análises comparativas, com metodologias de historiador, dando particular importância à periodização de cada fenómeno.

Parece-me no entanto credível que nas zonas rurais *novas*, em que o desbravamento e intensificação do aproveitamento do solo se impõe aos seus proprietários, os filhos varões dos mesmos retardem o seu casamento até eles próprios terem direito ao seu espaço produtivo, enquanto as filhas podiam cativar mais cedo os futuros maridos pela disponibilização de novas terras a explorar. Nas zonas rurais *velhas*, em que o espaço útil se encontra definido e as culturas estabilizadas, a necessidade de conservar o estatuto de nascimento obriga os filhos dos proprietários de um e de outro sexo a remeter-se ao celibato até que uma boa oportunidade de casamento possa surgir. As alterações provocadas quer pela emigração quer pela introdução de novas actividades podem fazer alterar de forma marcada o quadro tradicional.

É de aceitar ainda que a fecundidade dos mais pobres em período de Antigo Regime se veja reduzida em relação aos mais abastados. No entanto, em período de transição demográfica, são estes últimos que mais cedo denunciam práticas de controlo de natalidade.

Bibliografia

- AMORIM, M.S.B., 1981, "Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII", *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, Guimarães, vol. III.
- AMORIM, M.B., 1982, *Os Homens e a Morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos (séculos XVII e XVIII)*, ed. autor, Guimarães.
- AMORIM, M.B., 1983, "A sociedade de Poiães através dos seus registos paroquiais", *Brigantia*, III, 1, 5-32.
- AMORIM, M.S.B., 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, I.N.I.C., Lisboa.
- AMORIM, M.N., 1990, "A família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)", *Cadernos do Noroeste*, 3, 1/2, 11-33.
- AMORIM, M.N., 1991a, "Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1, 7-25.
- AMORIM, M.N., 1991b, "Emigração-uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890", in A. EIRAS ROEL (coord.), *Emigración española y portuguesa a América*, Alicante, 147-160.
- AMORIM, M.N. e LIMA, L., 1986, "Estratégias de sobrevivência em uma paróquia rural açoriana. Perspectiva demográfica (1711-1980)", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLIV, 165-189.
- ARIÈS, Ph., 1985, "Sur les origines de la contraception en France", *Population*, 431-439.
- BRETTELL, C.B., 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Dom Quixote, Lisboa.
- CHARBONNEAU, H., 1970, *Tourouvre-au-Perche aux XVIIe et XVIIIe siècles. Étude de démographie historique*, P.U.F., Paris.
- CHAUNU, P., 1978, *Histoire quantitative. Histoire sérielle*, Armand Colin, Paris.
- DEROUET, B., 1980, "Une démographie sociale différentielle: Clés pour un système auto-régulateur des populations rurales d'Ancien Régime", *Annales E.S.C.*, 3-41.
- DRUMOND, F.F., 1990, *Apointamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história das nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo.
- DUPÂQUIER, J., 1979, *La population rural du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, E.H.E.S.S., Paris.
- DUPÂQUIER, J., 1984, *Pour la Démographie Historique*, P.U.F., Paris.
- EIRAS ROEL, A., 1991, "Introducción. Consideraciones sobre la emigración española y portuguesa a América y su contexto demográfico", in *Emigración española y portuguesa a América*, Alicante, 9 a 32.
- FRUTUOSO, G., 1963, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada.
- HENRY, L., 1988, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa.
- HENRY, L. e HOUDAILLE, J., 1978, "Célibat et age au mariage aux XVIIe et XIXe siècles en France", *Population*, 1, 43-84.

- LASLETT, P., 1977, *Family life and illicit love in earlier generations*, Cambridge University Press, Cambridge.
- LIVI-BACCI, M., 1972, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton University Press, Princeton.
- LIVI-BACCI, M., 1987, *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Ariel, Barcelona.
- LIVI-BACCI, M., 1988, "La Península Ibérica e itália en vísperas de la transición demográfica", in V. PÉREZ MOREDA e D. REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, El Arquero, Madrid, 138-178.
- MACHADO, J.T.M., s.d., *Como nascem e morrem os portugueses*, Gomes Rodrigues, Lisboa.
- MADRUGA, M.A., 1957, "A freguesia de São João Baptista da ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*.
- MARCILIO, M.L. (org.), 1984, *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Vozes, Petrópolis.
- MENESES, A.F., 1988, *O município da madalena (Pico): 1740-1764. Subsídios para o seu estudo*, Câmara Municipal da Madalena.
- PÉREZ GARCIA, J.M., 1986, "Mecanismos autorreguladores das demografias antigas: o exemplo galego", *Actas III Xornadas de Historia de Galicia*, Orense, 53- 79.
- PÉREZ MOREDA, V. e REHER, D. (eds.), 1988, *Demografía histórica en España*, El Arquero, Madrid.
- REHER, D.S., 1988, *Familia, población y sociedad en la provincia de Cuenca. 1700-1970*, Siglo XXI, Madrid.
- ROCHA, G.P.N., 1991, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- ROWLAND, R., 1984, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal", *Ler História*, 3, 13-32.
- ROWLAND, R., 1988, "Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional", in V. PÉREZ MOREDA e D. REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, El Arquero, 72-137.
- SANTOS, J.M., s.d, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, 2 vols., Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SCOTT, A.S.V., 1987, *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836): estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do vale do Paraíba e região da capital de São Paulo*, Dissertação de Mestrado, Dep. de História da Universidade de S. Paulo, policopiada.